

Helena Pina / António Barros Cardoso



***A vinha, a paisagem e o património no
desenvolvimento sustentável da região duriense:
alguns exemplos***

FLUP, 2017

Título: *A vinha, a paisagem e o património no desenvolvimento sustentável da região duriense: alguns exemplos*

Autores: Helena Pina, António Barros Cardoso

Editor: UNIVERSIDADE DO PORTO – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2017

ISBN: 978-989-54030-5-9

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto

E-mail sdi@letras.up.pt

* Este texto corresponde a uma adaptação do guia de apoio a uma visita de estudo à região Demarcada do Douro, realizada no âmbito das XII Jornadas Internacionais sobre Grandes Problemáticas do Espaço Europeu.

Índice geral

1 - A Região Demarcada do Douro: um património paisagístico classificado pela UNESCO.....	9
1.1 - Breves notas de enquadramento.....	9
1.2 - Uma paisagem cultural plena de potencialidades mas também com constrangimentos..	12
1.3 - O despertar da aposta turística na região.....	17
2- Provesende – aldeia vinhateira do Douro.....	19
2.1 - Importância de Provesende no século XVIII.....	20
2.2 - Provesende – aldeia vinhateira do Douro.....	21
2.3 - A fusão patrimonial.....	22
2.4- O carácter urbano de Provesende.....	23
3 - A viticultura duriense: história, cultura e economia.....	27
3.1- Os vinhedos durienses: algumas notas de enquadramento.....	27
3.2 - Quinta do Seixo, Valença do Douro (Tabuaço – Cima Corgo): uma quinta de tipologia empresarial com enoturismo	29
3.3- Quinta dos Varais, Cambres (Lamego): uma unidade familiar do Baixo Corgo	32
4- Algumas notas finais	37
Bibliografia	38

SIGLAS

VITIS - Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas

RDD - Região Demarcada do Douro

BC - Baixo Corgo

CC – Cima Corgo

DS – Douro Superior

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural 2007 / 2013

PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural 2014 / 2020

TER – Turismo em Espaço Rural

PIT – Programa de Intervenção do Turismo

SIFIT –

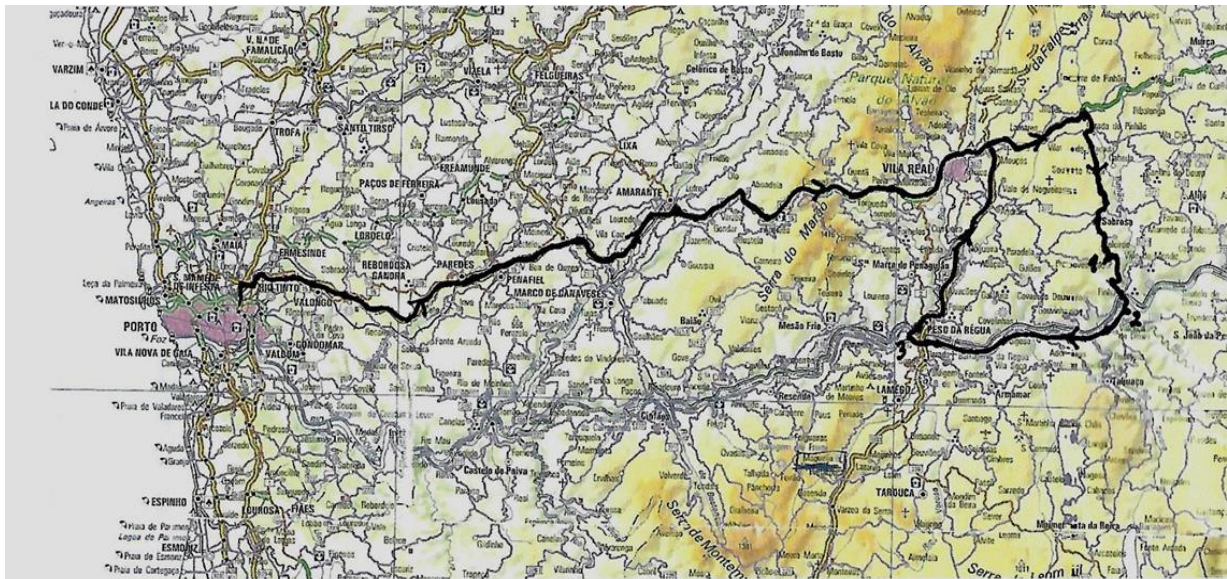
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

DOC – Denominação de Origem Controlada

VQPRD – Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada

VALORIZAR – Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino



Itinerário:

- Porto, Vila Real, Provesende, Pinhão, Valença do Douro (Quinta do Seixo), Cambres (Quinta dos Varais)

4 A Região Demarcada do Douro: um património paisagístico classificado pela UNESCO

1.1- Breves notas de enquadramento

Espaço paradigmático de renome mundial, a Região Demarcada do Douro (RDD), parte da qual foi classificada como Património Mundial da Humanidade, em Dezembro de 2001, foi criada e regulamentada em 1756 no seguimento da instauração da “Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro” (Aguiar, 2000).

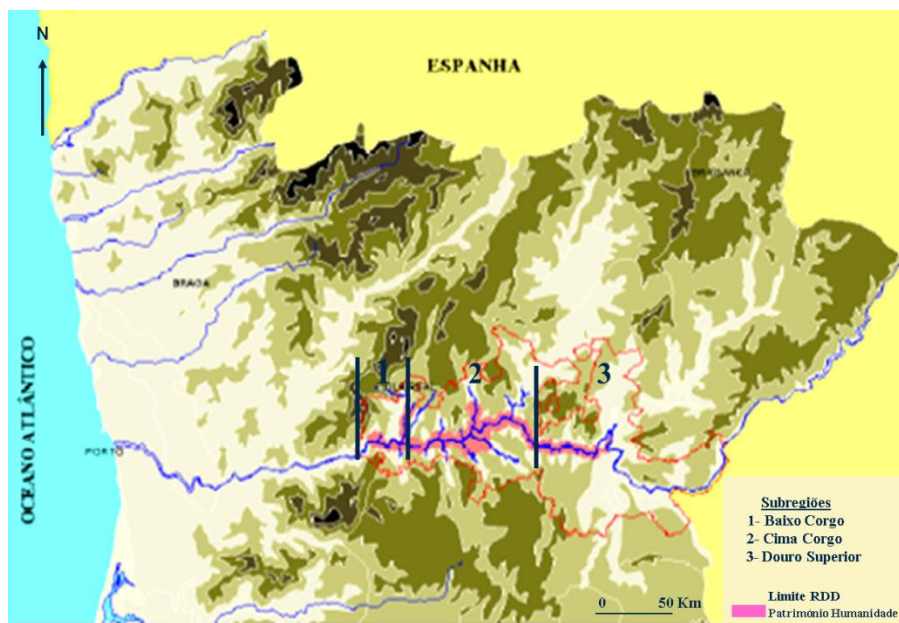
Situada a cerca de 100 quilómetros a leste da cidade do Porto, instalando-se no vale do Rio Douro e principais afluentes, a RDD espalha-se por cerca de 250 000 ha, embora apenas 43479 ha estejam ocupados pela vinha contínua (IVDP, 2016). Aqui se sucedem as paisagens idílicas onde se multiplicam os socalcos, alguns dos quais seculares, repletos de videiras de castas específicas, regionais, com as quais se produzem vinhos de excepcional qualidade, se bem que com o destaque evidente do Vinho do Porto, néctar reconhecido mundialmente.

Muito heterogénea, a RDD principia em Mesão Frio, seu extremo oeste, prolongando-se até à fronteira com Espanha, vendo-se rodeada por cadeias montanhosas diversas, das quais sobressaem a norte as Serras do Marão e Alvão, enquanto a sul destacamos a Serra do Montemuro. Na realidade, embora seja a vinha e o vinho que lhe possibilitam a sua individualidade e que sustentam este património, é a diversidade paisagística que se impõe, mas num contexto que aumenta as suas potencialidades, já que o vale do Douro, a “espinha dorsal” da região, com a sua orientação dominante E-W, envolto em vertentes com fortes declives exceto no Baixo Corgo, proporciona cenários diferenciados e deslumbrantes que se prolongam pelas vertentes dos principais afluentes. Outros fatores de ordem social e económica acentuam estas diferenças. Neste contexto, surgem três subregiões: Baixo Corgo (BC), Cima Corgo (CC) e Douro Superior (DS) (Fig. 1).

Evidenciemos estas diferenças iniciando pelas altimétricas. E, efetivamente, elas são indissociáveis, já que a altitude varia entre os 50 e os 600 metros, atingindo-se valores superiores nos diversos maciços montanhosos que envolvem e protegem o vale. Todavia, é a altitudes inferiores a 500 metros que se multiplicam os terraços ocupados pela vinha, já que ultrapassados os 500 metros de altitude, sobretudo nas vertentes direcionadas a norte, apenas subsistem resquícios vitícolas, num clima de transição e num substrato rochoso já predominantemente granítico. Com efeito, embora a área vitícola se implante em solos de origem xisto-grauváquico ante-ordovícico, onde existe uma abundância de fragmentos xistosos que afloram à superfície, estes solos são rodeados por formações geológicas de natureza granítica, ou outra, que os penetram inclusivamente em alguns lugares e que afloram mesmo à superfície.

Em termos climáticos também se descobrem assimetrias, pois apesar de na região dominar um microclima de matriz mediterrânea, ele acentua-se e “continentaliza-se” quando se caminha para leste, se bem que diluindo-se quando se ascende nas vertentes, proporcionando que, enquanto nas proximidades do rio Douro as temperaturas estivais ultrapassem frequentemente os 35°C, e ainda sejam superiores no Douro Superior, a maiores altitudes a temperatura baixa (Pina, 2007). Por seu lado, a precipitação média anual, para além de ser inferior nas proximidades do rio Douro, ainda diminui para leste, proporcionando que os cerca de 900 milímetros registados na cidade do Peso da Régua (BC) regridam para 710 mm no Pinhão (CC) e no espaço raiano (DS) não ultrapassem 400 milímetros. Daqui decorrem problemas hídricos indissociáveis, sobretudo no Douro Superior (Pina, 2012b). Obviamente que, quando se ascende nas

vertentes, aumenta o grau de humidade e a pluviosidade, situação bem vincada no Baixo Corgo. Neste contexto, sobressai um autêntico "mosaico paisagístico" no espaço duriense, mas onde as aptidões vitícolas são notórias e diferenciadas, sendo desta variedade de cenários que surgem os vinhos de cambiantes organoléticas diversas, quer entre os Vinhos do Porto, quer entre os não licorosos, os "vinhos tranquilos", independentemente de serem DOC, VQPRD ou outros vinhos regionais.



Fonte: Plano Intern. De Orden. Territ. Do Alto Douro Vinhateiro, UTAD

Fig. 1- A Região Demarcada do Douro e as suas subregiões.

Enfim, é inegável a interferência que os fatores de ordem física exercem na individualização da Região Demarcada, mas também na multiplicação das assimetrias territoriais que podemos sintetizar do seguinte modo (Fig. 1): Baixo Corgo, (Fotos 1 e 2) a subregião mais ocidental e mais húmida, mas também com maior historial, pois foi o "berço" da região; segue-se o Cima Corgo, (Fotos 3 e 4) o "Coração do Vinho do Porto", com um vale extremamente encaixado, onde proliferam os litossolos xistosos com um índice de fragmentos superior ao existente no Baixo Corgo, o que favorece uma vinha de maior qualidade; neste enquadramento, concentram-se aqui as grandes quintas de estrutura empresarial, imagem que contrasta em absoluto com o "bordado predial" do Baixo Corgo, reflexo do domínio sub-regional da pequena propriedade familiar, sobretudo no BC; por último, a montante, surge o Douro Superior, (Fotos 5 e 6) subregião antes vocacionada para os cereais, a amendoeira e a oliveira, mas que desde os anos setenta do século XX acolheu uma significativa expansão vitícola, apesar da existência de uma atmosfera por vezes escaldante e das acentuadas deficiências hídricas, superiores às detetadas nas outras subregiões, ou ignorando ainda os excedentes vínicos que se têm acumulado, sobremaneira desde o final do século XX.



Fotos 1 e 2 - Imagens do Baixo Corgo com a nítida ascendência de uma elevada dispersão do povoamento e de um acentuado parcelamento da propriedade rústica. Aqui dominam os pequenos prédios rústicos delimitados pelo olival ou por árvores de fruto, proporcionando a manutenção da paisagem tradicional duriense, apoiada na biodiversidade. (Fotos dos autores, 2016).



Foto 3 e 4 – Imagem do Cima Corgo com o domínio das grandes explorações vitícolas de tipologia empresarial e um povoamento concentrado. (Fotos dos autores, 2016)



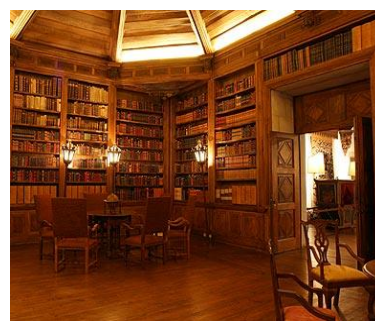
Foto 3 . Imagem do Douro Superior com a grande representatividade do olival e do amendoal. (Fotos dos autoress, 2016)

Indissociáveis dos fatores de natureza física surgem, porém, os antrópicos, designadamente os histórico-jurídicos, os demográficos e os económicos, para além dos culturais. Foi esta complexidade e especificidades, aliás, que justificou a distinção parcial da região vitícola como “Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade”, em dezembro de 2001.

1.2- Uma paisagem cultural plena de potencialidades mas também com constrangimentos

Mas, sendo a viticultura o sustentáculo económico da região, há que a privilegiar embora sem descurar o soberbo património paisagístico, para além do cultural e do arquitetónico existente na região (Pina, 2012a). Com efeito, foi a vinha e o vinho que possibilitaram a existência de um património muito rico, quer religioso, quer civil. Realce-se, por exemplo, o impacte das habitações dispersas pelas vertentes, envoltas em vinhedos, algumas das quais correspondendo a casas senhoriais do século XVIII e XIX (Pina, 2012a), ou o pulular de igrejas e capelas dos séculos XVII a XIX, ou ainda os núcleos urbanos regionais, sobretudo os que se inserem no eixo Vila Real / Lamego (Baixo Corgo), onde se concentra mais de 56% da população residente (Fig. 2).

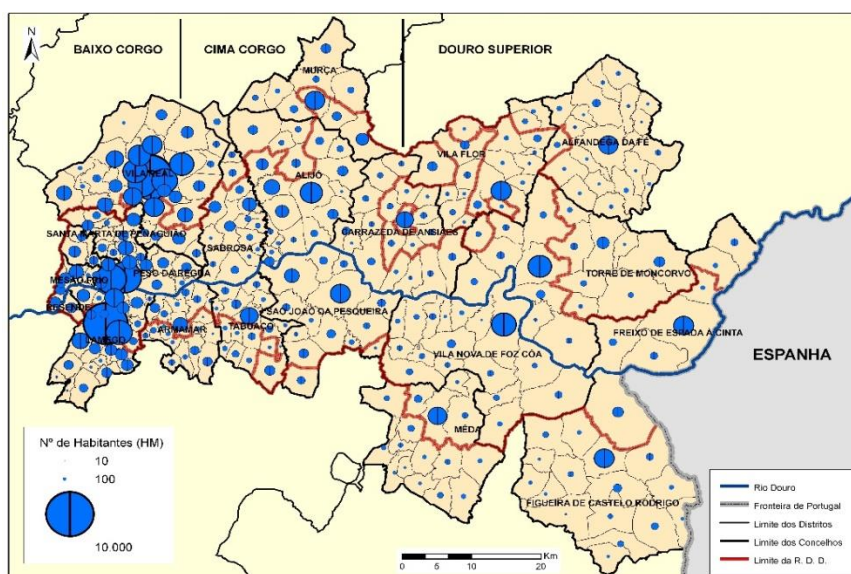
Assim pontuam núcleos como Vila Real (BC) que se desenvolveu no cruzamento das principais acessibilidades regionais, mas sobretudo desde a década de setenta do século XX, na sequência da instalação do Instituto Politécnico, atual Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Aqui se multiplicam os exemplares religiosos de diversas épocas, para além do Palácio de Mateus (Foto 7 a 9), expoente máximo da arquitetura barroca no norte de Portugal. Permanecendo na margem direita do rio Douro, refira-se também a cidade do Peso da Régua, a “Capital do Vinho do Porto”, enquanto na margem esquerda deparamos com Lamego (Fotos 10 a 12), cidade episcopal detentora de um historial e de um património fabulosos.



Fotos 7 a 9- O Palácio de Mateus, expoente máximo da arte barroca na região, bem como pormenores da sua biblioteca e dos jardins. (Fonte: Palácio de Mateus)



Fotos 10 a 12 - Alguns aspetos da monumentalidade de Lamego (Sé Catedral, Escadaria da Senhora dos Remédios) (Fonte: Câmara Municipal de Lamego)



Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE, Lisboa

Fig. 2 - População residente, por freguesia, em 2011.

Avançando para o Cima Corgo também se sucedem os núcleos urbanos que, embora de pequena dimensão (2000 a 5000 habitantes), acumularam uma riqueza cultural e arquitetónica de nomeada, como Tabuaço e S. João da Pesqueira (Fotos 13 e 14). Já no Douro Superior deparamos com Torre de Moncorvo (Fotos 15 e 16) e o Vale da Vilarça, ou Freixo de Espada à Cinta, vila manuelina raiana. Por último, não podemos ignorar outras vertentes culturais como o Parque Arqueológico do Vale do Côa (Fotos 17 e 18), também classificado pela UNESCO, e o Parque Natural do Douro

Internacional, parcialmente sobreposto com a região Demarcada do Douro, com as suas arribas e promontórios, onde se conjuga a vinha com outros aspetos ambientais (Dermendzhieva *et al*, 2011). É, de facto, uma soberba diversidade paisagística e arquitetónica que sobressai na RDD, multiplicando-se os recursos endógenos específicos e diferenciadores que ainda são ampliados por outras potencialidades de cariz cultural como as festas e romarias, as tradições associadas à vindima e a outros trabalhos agrícolas, os festivais temáticos e as feiras regionais, entre outros (Pina, 2012 a, c, 2013).

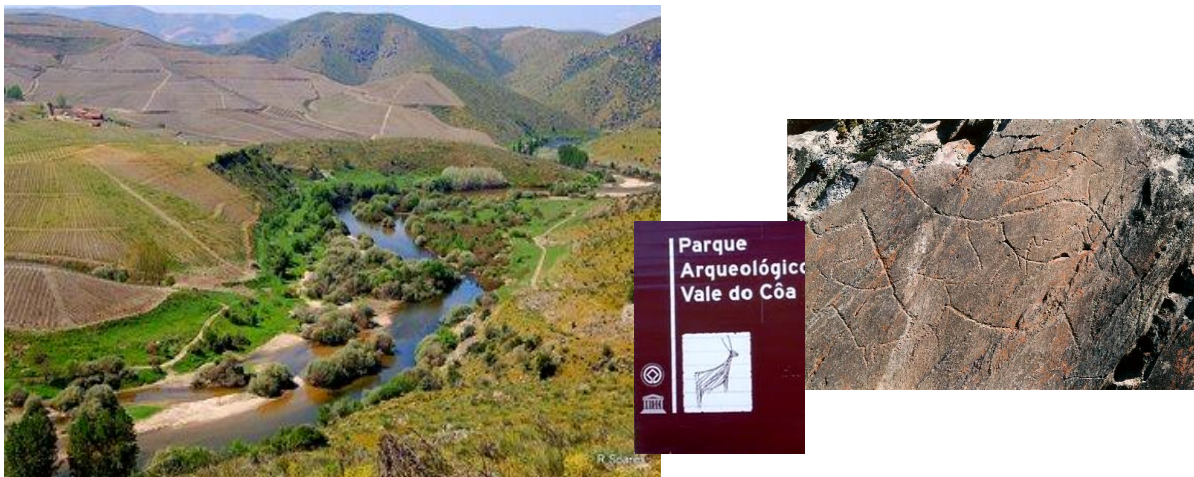


Fotos 13 e 14- Palácio da Justiça e Quinta de Sidrô, dois exemplares de património recuperado. (Fonte: C.M. S. J. Pesqueira).

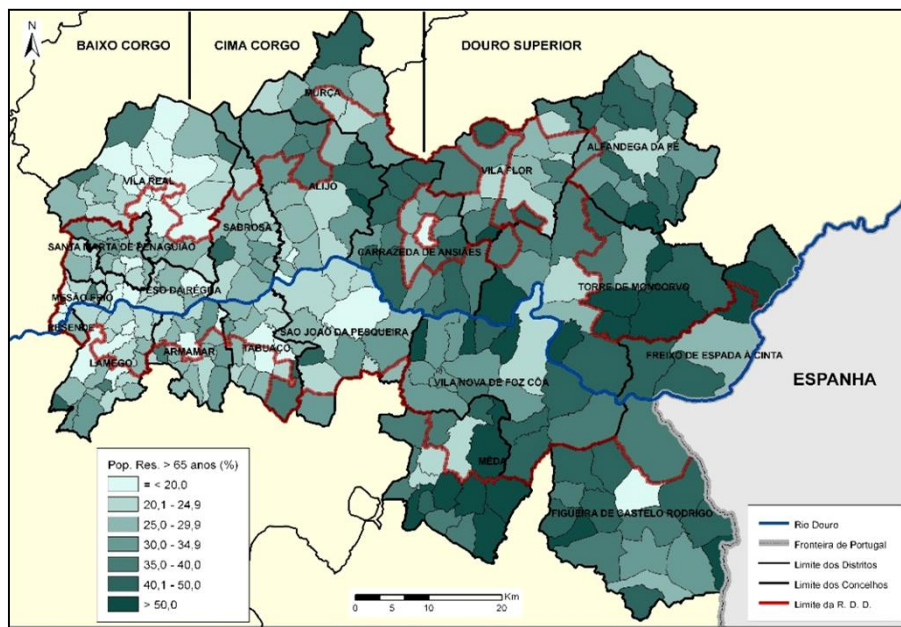


Fotos 15 e 16- Igreja Matriz de Torre de Moncorvo (pormenor do órgão). (Fonte: C.M. T. Moncorvo)

Todavia, os obstáculos ao seu desenvolvimento também se sucedem, nomeadamente os demográficos (Pina, 2013), decorrentes de um nítido declínio demográfico, por sua vez indissociável do envelhecimento estrutural da população residente, a remanescente dos amplos fluxos migratórios para as principais áreas metropolitanas implantadas na faixa litoral portuguesa, ou da emigração, sobretudo para o espaço europeu (Fig. 3). Efetivamente, são exíguas as alternativas laborais na região, bem como o empreendedorismo. Foi, aliás, neste enquadramento que se fomentaram os referidos fluxos migratórios, sobremaneira desde a segunda metade do século XX, razão pela qual é já problemática a continuidade do setor agrícola, dado o envelhecimento estrutural da população que, arreigada às suas vivências e histórias, permanece na região.



Fotos 17 e 18 – O vale do Côa e um pormenor das figuras rupestres preservadas no seu Parque Arqueológico do Côa (C. M. Vila Nova de Foz Côa)



Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, I.N.E.

Fig. 3 - População residente com mais de 65 anos em 2011 (%).

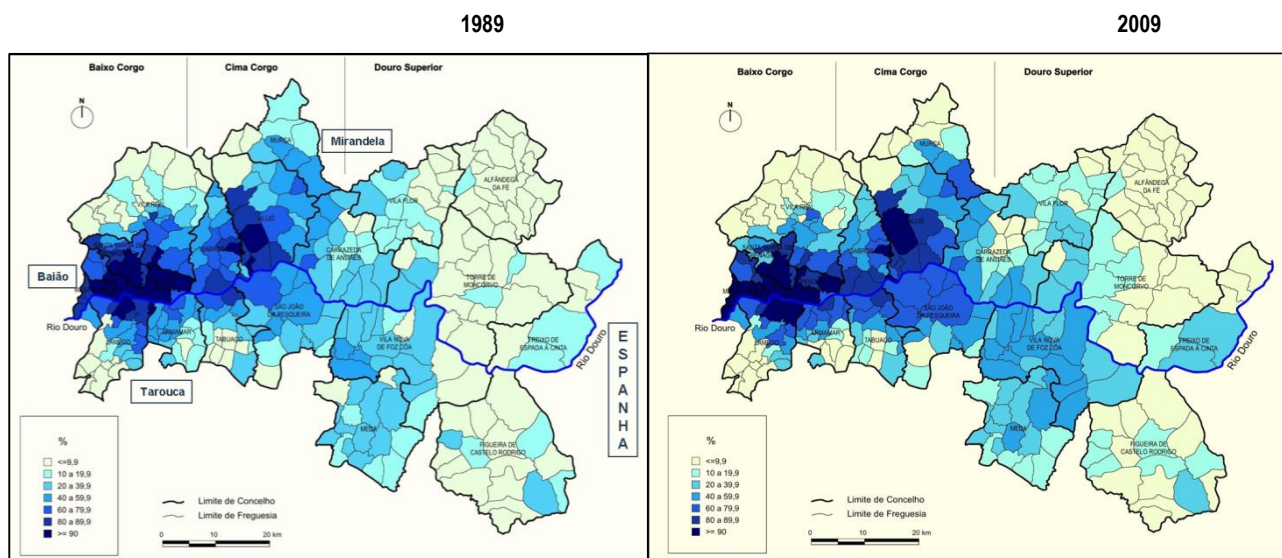
Outro grande constrangimento ao dinamismo regional decorre da deficiência das acessibilidades, quadro que só se começou a alterar de facto após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986. Neste contexto e perante uma conjuntura económica apelativa, facilitou-se a expansão da vinha, progressivamente mecanizada. Todavia, e em simultâneo, vincavam-se também as adaptações paisagísticas que permitiram a descaracterização / modernização (?) da paisagem tradicional, surgindo diferentes tipologias de socalcos que substituíram os tradicionais suportados por muros de xisto de “pedra solta”. Assim surgiu a “vinha ao alto” ou a “vinha em patamares” (Fotos 19 a 21), de facto mecanizáveis, mas acompanhadas pelo derrube dos muros e ravinamentos no inverno, bem como pela degradação dos solos, obstáculos lentamente ultrapassados com o recurso à inclinação até 10° dos novos patamares, ou a aposta em um ou dois alinhamentos

de videiras (“bardos”, de acordo com a designação local), ou mesmo com o enrelvamento dos taludes e a seleção das castas vnicas a utilizar de acordo com a altitude, orientação das vertentes, etc..

Por outro lado, com estas inovações também se mitigaram as carências de mão de obra assalariada, de facto escassa e envelhecida, enquanto aumenta a produtividade, dada a proliferação de maquinaria especializada, sobretudo entre as grandes quintas integradas no património fundiário das firmas exportadoras, mas também as pequenas máquinas, menos dispendiosas e mais estreitas, entre os proprietários detentores de explorações familiares de reduzida dimensão (< 2 ha). Efetivamente, estas máquinas são as únicas capacitadas para percorrer os estreitos e sinuosos caminhos vicinais de acesso vinhedos. Não obstante, não podemos ignorar que a apanha da uva continua a ser manual, única forma de preservar a qualidade das uvas e, conseqüentemente, a excelente qualidade dos vinhos regionais, incluindo o Vinho do Porto. Em simultâneo, também se dilatava a área ocupada pelos vinhedos, sobretudo no Cima Corgo e, de modo muito particular, no Douro Superior (Figs. 4 e 5), e se alterava a paisagem e as vivências sociais (Lourenço, 2008). Todas estas mutações se inscreviam no território, ainda que de uma forma muito dualista, contrapondo-se à tradição e alguma estagnação familiar, decorrente de uma acentuada descapitalização, a transformação e a modernização empresarial, apoiada em extensas explorações vitícolas financeira e tecnicamente bem equipadas (Pina, 2007, 2012b).



Fotos 19, 20 e 21 – Vinha com socalcos tradicionais, de diferentes épocas, ladeando a “vinha ao alto” e a “vinha em patamares”.



Figs. 4 e 5 –Evolução da área ocupada pela vinha (%), por freguesia, entre 1989 e 2009. (Fonte: Rec. Agrícolas 1989 e 2009, INE)

1.3-O despertar da aposta turística na região

Apesar das contrariedades, é inquestionável o desenvolvimento regional, aproveitando capitais próprios e apoios comunitários transcritos para os planos estratégicos nacionais (PRODER, PDR2020, ...). Desta forma, aumenta a rentabilidade do setor vitícola, setor estratégico, ainda dilatada a partir do final da década de oitenta do século XX pelo turismo, particularmente pelo enoturismo e outras modalidades de Turismo em Espaço Rural (TER). É uma aposta indiscutível na região, sobretudo entre as médias e grandes explorações, independentemente de serem de estrutura familiar ou empresarial.

O turismo é de facto uma aposta estratégica na região duriense, nomeadamente o TER. Turismo não convencional, o TER corresponde a um “conjunto de atividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar, prestados a turistas em espaço rural, mediante pagamento.”. Pretende oferecer ao turista a oportunidade de reviver as práticas locais participando nas atividades agrícolas, apreendendo valores e tradições culturais e gastronómicas das sociedades autóctones, beneficiando da sua hospedagem e de acolhimento personalizado. Efetivamente, estamos perante uma tipologia de alojamento representativa da identidade rural e cultural da região, correspondendo a uma oferta ambientalmente integrada e a uma mais-valia turística da região, já que deve envolver os diversos atores autóctones (Turismo de Portugal, I.P).

Atividade que incide sobretudo nas médias e grandes explorações vitícolas, o turismo em espaço rural privilegia, com muita frequência, antigas casas senhoriais (Fotos 22 e 23), numa tentativa de as revitalizar, bem como às explorações vitícolas que lhes estão associadas, aumentando o rendimento dos produtores agrícolas, enquanto dinamiza outras atividades económicas que dele são tributárias e que interagem (artesanato, produção e venda de artigos agrícolas tradicionais, serviços de animação, guias, etc.). Assim se potencia um quadro paisagístico atrativo que preservou e dinamizou a autenticidade e os interesses culturais.



Fotos 22 e 23 – Casa da Calçada (Sabrosa) e Casa dos Varais (Lamego).

Modalidade de hospedagem que se instituiu no espaço nacional através do Decreto-Lei nº 256/86, o TER associado ao Agroturismo e ao Turismo de Habitação, só foi efetivamente regulamentado a partir de 1986 mas com destaque para o quadro legal de 2002, e, sobretudo, para o de 2008. Assim, se em 1986 o TER apenas abrangia um número limitado de tipologias, em 2002 apontavam-se já diversas. Foi, porém, em 2008 que surgiu nova legislação que veio regular a prestação destes serviços de alojamento temporário, distinguindo-se desde então os seguintes: TURISMO DE HABITAÇÃO

(estabelecimento de natureza familiar, instalado em imóvel antigo de grande valor arquitetónico, histórico ou artístico); TURISMO EM ESPAÇO RURAL (Casas de Campo, Agroturismo e Hotéis Rurais); TURISMO NATUREZA (alojamento integrado em áreas classificadas com valores naturais reconhecidos, dispondo de animação ambiental, visita a áreas naturais, prática de desportos de natureza, interpretação ambiental, etc). Posteriormente, dado o despontar de novas realidades de alojamento, surgiu o Decreto-Lei nº 128/2014, alterado posteriormente (2014/2015), que veio esclarecer alguns pormenores e abranger os novos alojamento que despontam, nomeadamente o ALOJAMENTO LOCAL.

Em simultâneo, surgiram também instrumentos financeiros de apoio a esta atividade que, depois desse apoiar no SIFIT, no período 2007/2013 baseou-se nos “Programas Operacionais Temáticos” e no “Programa Operacional regional” que, conjugados com o “Programa de Desenvolvimento Rural” (PRODER), ou ainda com o PIT (Programa de Intervenção do Turismo) e o Crédito de Investimento no Turismo, possibilitaram uma ampla expansão do TER na Região Demarcada do Douro. No quadro atual persistem as diversas hipóteses de apoio financeiro, prolongando-se o PRODER no PDR2020. Há, no entanto, que destacar o programa VALORIZAR, que abarca projetos turísticos no interior. Neste contexto, e perante a existência de múltiplos recursos regionais e de uma via navegável, o Rio Douro, sobretudo após a classificação, embora parcial, da região duriense, pela UNESCO, o Douro surgiu como um pólo turístico estratégico, sucedendo-se os investimentos privados de diferentes tipologias, mas onde o TER sobressai.

Resta acrescentar que após a distinção feita pela UNESCO, surgiram também grandes investimentos turísticos, nomeadamente hotelaria tradicional, implantada em meio rural, ambientalmente inserida, de pequena dimensão. Correspondem, na generalidade dos casos a recuperação/preservação de património construído com elevado valor arquitetónico e com historial (Turismo de Habitação), mas também adaptações de antigos solares degradados a hotéis de charme, de elevadíssima qualidade com ou sem Spa. Um dos casos mais referenciados é o atual hotel *Six Senses*, de cinco estrelas, que, após a recuperação de um solar do século XVIII, apostou em diferentes tipologias de quartos e num Spa com 2000 m² onde se aposta também na vinoterapia. Para além da recuperação dos edifícios principais, das residências familiares implantadas nas diferentes quintas, também os anexos são adaptados às práticas turísticas, estruturando-se espaços de venda de produtos ou mesmo a unidades hoteleiras como foi o caso do armazém da Quinta da Pacheca (Lamego, Baixo Corgo), ou o Vintage Hotel (Pinhão, Cima Corgo). Neste segundo caso, transformou-se integralmente um antigo armazém de vinhos desativado, num hotel de cinco estrelas, nas margens do Douro.

Para além dos exemplos referenciados há que reunir à recuperação de habitações de antigos assalariados, entretanto abandonadas, que, após transformação total, deram lugar a uma unidade hoteleira de quatro estrelas também com Spa ou a residências autónomas direcionadas para a receção de grupos (familiares, amigos, ...). Em qualquer das circunstâncias, têm sempre um enquadramento paisagístico excecional, nas proximidades do rio Douro, ou mesmo nas suas margens. Além disso, não podemos ignorar que o Vale do Douro no seu troço vinhateiro, é um dos destinos turísticos envolvidos na criação de uma rede mundial de turismo que perspectiva a “excelência”, rede esta reconhecida pela Organização Mundial de Turismo. Obviamente que nestes projetos de desenvolvimento turístico, está subjacente a dinamização da economia local e regional na sua globalidade, num quadro holístico sustentável, para além da manutenção das especificidades territoriais, independentemente de serem paisagísticas, ambientais, económicas, sociais ou culturais.

Assim se aposta na qualidade distintiva, mas num contexto apelativo, abrangendo nestas dinâmicas as entidades públicas e privadas, para além da população autóctone, os efetivos depositários e preservadores do património local. Assim se rentabiliza os investimentos e se preserva a paisagem e o seu património arquitetónico, para além de se facilitar a divulgação do quadro paisagístico, do historial, da gastronomia e das tradições durienses.

Perante a diversidade e valor do património inscrito no espaço duriense, neste “circuito” restringiremos a nossa apresentação ao Baixo e Cima Corgo, as duas subregiões mais ocidentais, debruçando-nos sobre casos exemplificativos, impressionantes, que incluem a vertente patrimonial e a vitícola, mas também a inovação, num invólucro em que o desenvolvimento e a preservação estão patentes. Começaremos pelo CC, abordando uma pequena mas distintiva aldeia histórica vinhateira, Provesende, espaço onde a história se conjuga harmoniosamente com o desenvolvimento, a tradição e a inovação, sem descuidar os vinhedos. Indiscutivelmente, a vinha é o aspeto mais saliente na paisagem, mas num cenário multifacetado, onde os terraços tradicionais convivem com os mais modernos, com distintos tipos de armação da vinha já referidos, permanecendo uns em contexto familiar (não necessariamente sinónimo de falta de inovação e da impossibilidade de reestruturar e mecanizar a vinha), mas misturando-se com os grandes domínios empresariais adstritos, na generalidade dos casos, a empresas produtoras e exportadoras de Vinho do Porto. Neste contexto, incidiremos numa quinta empresarial aderente ao enoturismo, a Quinta do Seixo, parte integrante do património fundiário da Sandeman (Grupo Sogrape), localizada na freguesia de Valença do Douro, (Tabuaço, Cima Corgo), concluindo o percurso no Baixo Corgo, a subregião “berço” da RDD onde o domínio das pequenas unidades vitícolas familiares dominam, facto refletido na paisagem e no quadro sócio-económico local, razão pela qual analisaremos o caso da Casa e Quinta dos Varais, um exemplo histórico onde a reestruturação dos vinhedos e a inovação se associaram ao turismo, proporcionando ainda a recuperação/preservação de um património arquitetónico com centenas de anos de história.

5 Provesende – aldeia vinhateira do Douro

Neste trajeto rápido pela Região Demarcada do Douro, iniciaremos a nossa incursão pela visita a uma das aldeias históricas vinhateiras de maior nomeada, Provesende. Inscrita na RDD, foi outrora concelho, se bem que hoje seja apenas uma freguesia que se integra no concelho de Sabrosa. Trata-se de um espaço geográfico marcadamente rural que não perdeu sua raiz histórica e, por isso, apresenta ainda as características principais que favoreceram em particular a exploração vitivinícola.

O núcleo habitacional da freguesia está implantado num planalto na margem direita do Rio Pinhão, sobranceiro ao Monte de S. Domingos, estando apenas a cerca de 5 km do Rio Douro. Confina a Norte e Este com as freguesias de Vilarinho de S. Romão, Celeirós e com o Rio Pinhão; a Poente com a freguesia de Paços; a Sul faz limite com Gouvães e a Sudeste com a de S. Cristóvão de Douro.

Embora aquando da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial tenha ficado fora do perímetro da classificação por parte da UNESCO, Provesende é conhecida pela sua particularidade de aldeia vinhateira. De facto, começou por ser uma das mais importantes e promissoras Vilas do Alto Douro. Alguns amantes da História local remetem as origens desta Vila para épocas anteriores à fundação da nacionalidade, face aos vestígios

arqueológicos encontrados no povoado castrejo de São Domingos que a encimou e que foi responsável pelo evoluir do povoado medieval. De facto, as referências documentais mais antigas relativas a esta localidade estão num documento de 1128 e constam das Memórias Paroquiais de 1758: "*Tem termo próprio, e nelle couto concedido pello Senhor Rey D. Afonso Henriques em hua doação q fez ao presbítero Nuno e seus companheiros que viviao com grande edificação do mundo em hum convento próximo a Ermida e naquelle tempo Igreja de S. Marinha esta doação foi feita no anno de 1128. Como consta de certo Livro intitulado o Livro da fé folhas 139v o qual Livro se conserva no archivo da Sé primacial*" (ANTT, fls 997) Apesar da importância desta referência, o estudo mais aturado da reorganização da diocese de Braga permitiu ler de forma sistemática uma cronologia para Provesende: " 1102, doação à Sé «*in villa quam vodtant villar de Provecendo*» (DP., III, n° 88); 1115, *pascode II confirma ao arcebispo de Braga «cautum de Provescendi»* (papsturkunden, p. 166); 1140, carta de couto «*vobis domno N uno presbítero ac vestri congregationi (...) cautum ad eremita Saneiam Marine (...) in loco qui vocatur Vilarium (...) in foze de Fontana que intrat in Pinione inter Sancti Christofori et Sancti Johanni et inde quomodo ascendit per capita montium a linde Provezendi id sub fonte de Cervos quomodo concludet Provezendini*» (DR., I, n° 176); 1142, o presbítero Nuno faz doação à Sé «*in Pannonias in loco ubi vodtant illa heremita de Sancta Marina discurrentibus aquis de Pinion in Dorium (...) eccle-siam de Sancta Marina cum totó suo cauto*» (L. Fidei, does. 521 e 803); 1144 - D. João Peculiar concede carta de f orai «*populatoribus illius cauti de Sancta Marina*» (Col. Cron., cx. I, doe. 13, or (?) car.); 1220, «*De Sancta Marie de Provesindi*»; 1290, «*Freeguysia de Sancta Maria de Provesendi*»; 1320, «*Ecclesia Saneie Marine de Provesendi ad octuaginta libras*»; 1371, «*Ecclesia de Perovessendi (c) in primo triennio V libras*»; 1528, «*Provesende câmara do arcebispo*»" (Costa, 1959, p. 166.).

Ou seja, Provesende foi Couto da Sé de Braga até ao ano de 1834 e a sua fundação terá ocorrido em data incerta, mas seguramente anterior ao ano de 1102.

2.2 - Importância de Provesende no século XVIII

Foi nesta altura que a *Villa de Provezende* atingiu o seu auge de desenvolvimento, com origem na economia vitivinícola que levou a que muitas famílias nobres fixassem residência na urbe. Socorremo-nos das Memórias Paroquiais de 1758 para lembrar que, nessa altura, Provesende contava com: " (...) *cento e sesenta fogos ou vizinhos e septe-centos e sincoenta pessoas*" (ANTT Dicionário Geográfico, sd, fls.1979).

A arqueologia tem mostrado que é longa a tradição de produção vinícola no Douro e fá-la remontar ao período romano em terras do Douro-Norte. Contudo, foi na Época Medieval que a cultura vinícola ganhou maior peso no Douro com a fixação dos cistercienses, sobretudo no Douro-Sul, mas que não deixou de se expandir para estas terras. A emergência do mercado inglês que se começa a desenhar como potencial absorvente das produções do Douro desde meados do século XVII, ganhou no século XVIII, com a presença britânica na cidade do Porto, contornos de grandeza que não mais deixará de ser notada na economia regional e nacional. Efetivamente a crescente procura de vinhos de qualidade fomentou o plantio de novas vinhas e num curto espaço de tempo, a paisagem do Douro mudou. Provesende acompanhou esta evolução: "*he o vinho o fruto mais abundante q se recolhe em Provezende he de vinho*"

branco o mais sellete por doce, claro, activo e generoso, entre vinho tinto e branco que se colhe nestas (...) anno por outro levava o dizimo cento e vinte e cinco pipas mais ou menos poucas" (ANTT, fls. 997) como se confirma no inquérito pombalino. Ou seja, a par do pão, das castanhas, do azeite e de muito apreciadas e gostosas frutas, os vinhos, tintos e brancos, mas em particular estes últimos ganharam relevância na economia da terra" (ANTT Dicionário Geográfico, sd, fls.1977).

Depois de, em 1756, o Marquês do Pombal, por solicitação dos principais produtores de vinhos do Douro residentes no Porto, encabeçados por Frei João de Mansilha, ter decretado a criação da "Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro" e de ter feito nascer a primeira região vinhateira demarcada e regulamentada do mundo, logo em 1761, Provesende foi incluída na área produtora de Vinhos de Feitoria (Fonseca, 1949-1951: vol 3, p.30).

Por seu lado, a emergência do liberalismo oitocentista foi responsável pela vinda para a Vila de burgueses proprietários dos bens e títulos da velha aristocracia, entretanto arruinada ou perseguida, o que corresponde a uma segunda fase do desenvolvimento do povoado. Nessa altura, entraram em Provesende novos hábitos e gostos, patentes na diversidade das suas habitações.

Com a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, Provesende eleva-se a concelho, abrangendo as freguesias de S. Cristóvão do Douro, Gouvães do Douro, Pinhão, Covas do Douro, Gouvinhas e Paradela de Guiães. Todavia, a década de sessenta foi desastrosa para o Douro em geral, e Provesende não escapou às agruras das doenças da vinha responsáveis pelo empobrecimento e pela emigração em massa. Neste contexto, só para finais do século XIX foi fundada em Provesende, uma escola de "enxertadores" para combater a filoxera, sob a direção de Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira (Barros, 2004, 21.). Debelava-se a doença mas, logo em 1853, era extinto o concelho de Provesende, passando para Sabrosa a sede de Concelho. Era o princípio do declinar de Provesende.

2.2- Patrimónios edificados classificados e vernaculares

Como alguém escreveu, ficou, contudo, deste passado que brevemente revisitamos " (...) *uma obra de arte, modelada por gerações, guiada pela experiência, pela razão e pela intuição.*" (Barros, 2005: p. 92).

O êxodo rural a que aludimos contribuiu sobremaneira para a adulteração da paisagem de Provesende, já que os espaços agrícolas foram abandonados e, com isso, o património edificado definiu. A par, as áreas de floresta passaram a ser pouco cuidadas. Por seu turno, a construção de feição mais vernacular proliferou incorporando de forma desordenada um passado histórico (Foto 24), modelos construtivos de realidades sócio-económicas com raízes diferentes dos referenciais sócio-rurais de Provesende. Apesar de tudo é ainda possível visitar o que restou de um passado prestigiante e próspero.



Foto 24 – Exemplo da arquitetura resultante da proliferação da construção de tipo vernacular em Provesende, adicionando-se “história” a um edifício a que era alheia...(Foto dos autores)

5.3 - A fusão patrimonial

Perante o contexto antes apresentado, não estranhámos que na atualidade se misturem “casas grandes”, com patrimónios de menor dimensão arquitectónica que reflectem elos entre a nobreza e a burguesia, para além do povo que mimetiza aqueles grupos sociais já nos gestos, já nas vivências, mas também nas construções que, por insuficiência de meios, não reproduzem na totalidade. Contudo, estes patrimónios vernaculares ajudam igualmente à percepção de como os homens e as mulheres de Provesende viveram no tempo, ou seja permitem-nos ir ao encontro do objeto da História. As construções de cariz mais rico ou mais pobre têm hoje valor acrescido, já que são o fruto do saber e da experiência acumulada que, ao longo do tempo, construiu o lugar de Provesende onde se percebem duas áreas distintas:

- a) A área central é balizada pela presença de quatro elementos arquitectónicos definidores de espaços: a Igreja Matriz de S. João Baptista, a Casa da Praça, o Pelourinho e a Fonte; posicionados em forma triangular, delimitando uma praça.
- b) A área Poente, próxima da saída para o Monte de S. Domingos, apresenta casas rurais mais arcaicas, quer pela sua estrutura arquitectónica, quer pelos armamentos de dimensões mais exíguas (pensamos que esta área corresponde ao núcleo inicial de Provesende).

Na sua maior parte, estes edifícios poderão ser datados entre os finais do séc. XVIII e princípios do XIX, o que nos possibilita encontrar bons exemplos de várias soluções da arquitetura da região.

Coabitam, pois, na aldeia arquiteturas simples e sem grandes composições formais com arquiteturas complexas e estruturalmente organizadas (de carácter mais erudito), o que proporciona a existência de um *Provesende urbano* e um *Provesende rural*.

2.4- O carácter urbano de Provesende

Aprofundemos um pouco a vertente mais urbana de Provesende. O carácter urbano de Provesende está, efetivamente, visível na sua complexidade estrutural, patente na hierarquização dos espaços pela tipologia dos edifícios de excelente valor patrimonial para a dimensão comum, como por exemplo na representação do poder político através do Pelourinho (Foto 25), mas também na Casa da Praça e na Fonte que apresenta um carácter extra-rural (Foto 26), tanto pela sua ornamentação,mas também pela qualidade arquitetónica.



Foto 25 – Casa da Praça e pelourinho (Fotos dos autores).



Foto 26 – Fonte de Provesende (Foto dos autores).

A arquitetura urbana segue a tipologia tradicional na região, utilizando sistemas construtivos mistos e assentando na repetição de modelos. São exemplos a Casa de Santa Catarina (Foto 27) e a Casa de Fundo de Vila.



Foto 27- Casa de Santa Catarina (Foto dos autores).

Já da arquitetura Erudita Antiga, aquela que tem como base a utilização de materiais nobres nos elementos que compõem a fachada, nomeadamente o granito, todavia no interior são utilizados materiais locais. É uma arquitetura nobilitada, que pretende mostrar através do tratamento das suas fachadas quem é a família residente, destacando-se normalmente da arquitetura implantada na região. Identificam-se em Provesende diversos níveis de patrimonialidade:

- a) Monumental Antigo: de programa arquitetónico mais erudito, patente na igreja, capelas, fontanário, pelourinho e casas solarengas e brasonadas, com ou sem capela anexa. Com o primeiro andar reservado a habitação, destina o rés-do-chão para adegas, lagares de azeite/vinho, depósito, etc.
- b) Vernacular Antigo: casas de menor programa arquitetónico, mas de maior flexibilidade; nele se incluem as construções adjetivas como lagares, adegas, eiras e armazéns.
- c) Vernacular Recente: integra casas datadas dos anos 70/80 do século XX, tendo azulejos a cobrir as paredes externas, apostando na predominância de cores escuras, se bem que também em casas mais recentes se utilize granito nas padieiras no revestimento e cores claras.

Estas escalas de patrimonialidade lêem-se na Casa do Santo (Foto 28), na Casa dos Belezas (Foto 29), na Casa da Calçada (Foto 30), ou ainda na Igreja Matriz de S. João Baptista (Foto 31), na Casa do Ratão (Foto 32), Casa do Bastardo e na Casa da Praça.



Foto 28 - Casa do Santo (Foto dos autores).



Foto 29 - Solar dos Beleza (Foto dos autores).



Foto 30 - Casa da Calçada (Foto dos autores).



Foto 31 – Igreja Matriz de Provesende (Foto dos autores).



Foto 32 – Casa do Ratão (Foto dos autores).

Nos últimos anos, o reforço dos centros históricos da Região do Douro tem beneficiado dos sucessivos programas comunitários de apoio à sua recuperação e valorização. Neste contexto, Provesende viu também melhorado o seu edificado, quer através da requalificação quer pela inserção desta antiga aldeia na Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro, programa que mimetizou parcialmente o Concurso da “*Aldeia mais Portuguesa de Portugal*” promovido ainda pelo Estado Novo, mas que assentava numa filosofia política que o a nossa inserção na comunidade europeia concretizou. Referimo-nos à certeza de que a melhor forma de preservação do património implica a sua valorização e promoção turística.

3- A viticultura duriense: história, cultura e economia

3.1- Os vinhedos durienses: algumas notas de enquadramento

Depois da descoberta desta aldeia vinhateira, do seu valioso património, debruçemo-nos mais pormenorizadamente sobre a vinha, o sustentáculo económico da região.

Região que, como foi referido antes, abarca cerca de 250.000 ha na sua globalidade, se bem que apenas 43.500 ha ocupados pela vinha contínua, esta reparte-se de modo desigual pelas três subregiões, refletindo um longo historial e uma evolução técnica também ela diferente em cada subregião. Na realidade, depois de permanecer com cerca de 30.000 ha de vinhedos na região até aos anos setenta do século XX, após a revolução política de 25 de abril de 1974 e o abrandar do controlo sobre os vinhedos, estes expandiram-se, sobretudo no Cima Corgo e, de modo muito particular ainda, no Douro Superior onde existia uma vasta área antes vocacionada para a oliveira e para a amendoeira, ou mesmo para os cereais. Abandonados em grande parte, o preço destes solos, obviamente, não se encontrava inflacionado, razão pela qual se substituíram estas culturas pela vinha, ascendendo nas vertentes. Neste contexto, no início do século XXI atingiram-se cerca de 45.000 ha, valor que, com o agravar dos excedentes vínicos e a instalação da crise económica, induziu à sua redução, embora superficial e diferenciada, já que foi mais significativa no Baixo Corgo e, de modo muito especial, entre as explorações com menos de um hectare. Por seu turno, no Cima Corgo observaram-se acréscimos da área ocupada pela vinha (entre 2010 e 2016, esse aumento foi de 10,5%, sobremaneira entre as grandes explorações-IVDP, 2017) e ainda mais notório no Douro Superior com aumentos próximos de 30% no mesmo período.

Por outro lado, o número de explorações diminuiu, bem como o grau de parcelamento (Quadro 1), se bem que em 2016 permanecesse um cenário tradicional, problemático, no que se refere à estrutura fundiária, já que, em termos médios, as explorações vitícolas possuíam cerca de 1,51 ha no BC, área distribuída por cerca de 5,1 parcelas, o que proporciona uma dimensão média destas parcelas de apenas 3000 m²! Já no CC o quadro melhora, embora superficialmente, já que a dimensão média se aproxima de 2,22 há, dispersos por 5,9 parcelas que, neste cenário, não ultrapassavam em média 3800 m² de extensão. Os vinhedos melhor estruturados em termos fundiários posicionavam-se no Douro Superior onde se observa uma dimensão média de 2,85 ha, dispersos por 4,6 parcelas.

No extremo oposto, embora as explorações vitícolas com mais de 20 hectares de extensão abarquem apenas 26% do total de explorações implantadas no Baixo Corgo, esse valor dilata-se até cerca de 45% no Cima Corgo, retratando o elevado grau de emparcelamento, parcial, efectuado pelas firmas exportadoras, valor que também é inquestionável no Douro Superior. Assim, se atingem valores médios que no BC, restringindo a nossa análise a estas explorações de maiores dimensões, se aproxima de 35,5 há, enquanto nas restantes subregiões se avizinham de 50 ha.

Apesar de nos encontrarmos num quadro em que a crise económica e os excedentes vínicos “induziram a uma contingentação” da vinha, recorde-se que o abandono dos solos não se observa nestes espaços onde a produção é da maior qualidade, ou seja, até cerca de 400 metros de altitude, direcionados a sul. Na realidade, se esta análise se concretizasse à escala da freguesia, facilmente se confirmaria que aqui a diminuição do número de explorações vitícolas se deve quase exclusivamente à aquisição das pequenas explorações de estrutura familiar, localizadas preferencialmente no CC e, ainda em expansão, no Douro Superior.

Quadro 1- Explorações vitícolas na RDD, área respetiva (em hectares) e grau de parcelamento, por subregião, em 2016.									
Região Demarcada do Douro									
Expl. Classes de área (ha)	Nº expl.	%	Área (ha)	%	Nº parcelas	%	Dimens. Média Expl. (ha)	Dimen. Média Parc. (ha)	Nº médio parc/expl
< 1 hectare	13.360	62,4	5.181	11,9	43.994	38,4	0,39	0,12	3,3
> 20 hectares	254	1,2	11.276	25,9	5.491	4,8	44,39	2,05	21,6
TOTAL	21.426	100	43.479	100	114.511	100	2,03	0,38	5,3
Baixo Corgo									
Expl. Classes de área (ha)	Nº expl.	%	Área (ha)	%	Nº parcelas	%	Dimens. Média Expl. (ha)	Dimen. Média Parc. (ha)	Nº médio parc/expl
< 1 hectare	6.189	46,3	2.232	43,1	20.867	47,4	0,36	0,11	3,4
> 20 hectares	66	26,0	2.344	20,8	1.421	25,9	35,52	1,65	21,5
TOTAL	8.853	41,3	13.366	30,7	45.080	39,4	1,51	0,30	5,1
Cima Corgo									
Expl. Classes de área (ha)	Nº expl.	%	Área (ha)	%	Nº parcelas	%	Dimens. Média Expl. (ha)	Dimen. Média Parc. (ha)	Nº médio parc/expl
< 1 hectare	5.367	40,2	2.122	41,0	18.389	41,8	0,40	0,12	3,4
> 20 hectares	114	44,9	5.591	49,6	2.691	49,0	49,04	2,08	23,6
TOTAL	9.116	42,5	20.267	46,6	53.392	46,6	2,22	0,38	5,9
Douro Superior									
Expl. Classes de área (ha)	Nº expl.	%	Área (ha)	%	Nº parcelas	%	Dimens. Média Expl. (ha)	Dimen. Média Parc. (ha)	Nº médio parc/expl
< 1 hectare	1.804	13,5	827	16,0	4.738	10,8	0,46	0,17	2,6
> 20 hectares	74	29,1	3.341	29,6	1.379	25,1	45,15	2,42	18,6
TOTAL	3.457	16,1	9.846	22,6	16.039	14,0	2,85	0,61	4,6
								Fonte: IVDP, 2016	

Por outro lado, estes novos vinhedos, ou os reestruturados com recurso a fundos comunitários, nomeadamente os associados ao Programa VITIS, são mecanizados para além de se apostar sobretudo nas castas vnicas de maior qualidade, razão pela qual a produtividade e a qualidade tem aumentado. Outra consequência: como entre as pequenas explorações de estrutura familiar a descapitalização dos seus proprietários é uma constante, sobretudo entre os detentores de vinhedos tradicionais, os dominantes em número, o grau de mecanização é inferior, avolumando-se desta forma a dualidade sócio-estrutural existente entre as explorações familiares e as empresariais. Não obstante, como são os pequenos vitivinicultores que de facto residem na região, e efectuem / coordenam todos os trabalhos inseridos no calendário agrícola, são eles que inquestionavelmente preservam a paisagem e o património regional, tangível e intangível, mas como estão em declínio, envelhecidos e descapitalizados, cada vez sentem mais dificuldade na continuidade dos seus trabalhos. Há, pois, que os apoiar, bem como os jovens que os substituirão mais tarde. Está em causa um espaço distinguido pela UNESCO!

Para melhorar a situação, sobretudo as médias e grandes explorações, desde o final dos anos oitenta do século passado apostaram na multifuncionalidade das paisagens, sobremaneira da sua exploração vitícola, adicionando ao cultivo da vinha e à produção dos vinhos, o turismo e a comercialização dos seus vinhos, com a designação do nome da quinta. É o que sucede nos casos que vamos abordar de seguida, a Quinta do Seixo (Tabuaço, CC) e a Casa e Quinta dos Varais (Lamego, BC).

3.2 - Quinta do Seixo, Valença do Douro (Tabuaço – Cima Corgo): uma quinta de tipologia empresarial com enoturismo

Abandonemos Provesende e dirijamo-nos até ao Pinhão. Atravessemos o rio Douro, inserindo-nos em Valença do Douro, freguesia do concelho de Tabuaço (Cima Corgo). Freguesia com uma área de 8,96 km² onde residem 363 habitantes (Censos 2011, INE), o que corresponde a uma densidade de 40,5 hab/km². Foi vila e sede de concelho entre 1514 e 1836, período do qual persistem a Casa da Câmara, a Cadeia e o Pelourinho.

Situada nesta freguesia da margem sul do Rio Douro, ascendendo nas vertentes direcionadas a N e leste, entre 100 e 350 m de altitude, deparamos com a Quinta do Seixo. Implantada na confluência do Rio Douro com o Rio Torto, possui um enquadramento paisagístico deslumbrante (Foto 13) para os seus 90 hectares, 75 dos quais ocupados pela vinha contínua.

Quinta com um longo historial, é deveras grandiosa! Aliás, é deste modo que o autor da obra “O Douro Maravilhoso” se refere à Quinta do Seixo (Azevedo, 1976). Propriedade que nos dias de hoje pertence ao Grupo Sogrape, Vinhos S.A., empresa liderada pela terceira geração da família fundadora, os Vanzeller Guedes, nesta quinta observou-se não só a reabilitação e remodelação dos seus vinhedos, mas sobretudo da parte arquitetónica, surgindo melhor preparada para o turismo. Perante este cenário, os prémios não tardaram a chegar, como foi “Best of Wine Tourism 2010” na categoria arquitetura, galardão atribuído pela “Great Wine Capitals” – Rede Mundial de Cidades Capitais de Grandes Vinhedos.



Foto 13 - A Quinta do Seixo com a existência de diferentes tipos de implantação da vinha, conjugando a tradição com a inovação (Sandeman) - Valença do Douro. (Foto dos autores)

Mas recuemos no tempo e registemos os principais momentos da sua história. Quinta que remonta ao século XVIII, ainda que, na época das demarcações pombalinas não apareça mencionada, a área que hoje ocupa inseria-se na demarcação de 1757 (primeiras demarcações do Douro Vinhateiro) “para terrenos que produzem vinho de ramo com o preço de 19\$200 réis, para se vender a trinta reis ao ramo, e se embarcar para o Brasil e Lisboa quando houver

falta de vinho fino” (Fonseca, 1949, 61) , ou seja, não lhes foi atribuído então o qualificativo de “Feitoria”, correspondente aos melhores vinhos obtidos nos melhores solos. De igual modo, na demarcação efetuada no ano seguinte, 1758, os vinhos foram taxados a 19\$200 réis, não sofrendo alteração, em 1761, última das chamadas demarcações pombalinas, por serem realizadas durante o consulado do Marquês de Pombal, o grande reformador da viticultura duriense e responsável pela criação desta região como a primeira do mundo a ser demarcada e regulamentada. Apesar disso, em 1759, a requerimento de José Ribeiro Monteiro, sacerdote do hábito de S. Pedro e morador em Provesende, proprietário de uma quinta no lugar que devia compreender encostas que atualmente estão, com toda a probabilidade, incluídas nas quintas do Seixo e Espinheiro, recorreu das decisões pombalinas, para que a sua quinta fosse incluída na Feitoria de 1759 e de 1761 (como áreas produtoras de vinhos para exportação através da Feitoria Inglesa do Porto). Apesar de a petição ter sido aceite, as mesmas terras continuaram em 1761 a ver os seus vinhos classificados de 19\$200 /Fonseca, 1949, 114). Só mais tarde, em 1788, nas demarcações marianas (D. Maria I), a área que a Quinta do Seixo ocupa viria a ser incluída na marca “Vinhos de Feitoria”.

No século XVIII esta quinta pertencia a Miguel Almeida Caiado, proprietário de terras no Alto Douro, 9º Morgado da Pesqueira e 7º de Penedono. A família Almeida Caiado era das mais influentes em S. João da Pesqueira, fixando residência na atual freguesia de Trevões, cabeça de concelho até 1836. Posteriormente, a Quinta do Seixo passou para o filho, António Almeida Coutinho Lemos, 1º Barão do Seixo (título criado por D. Maria I a 19 de Julho de 1845) (Zuquete, 1989,368)). O 1º Barão do Seixo, nasceu em 1818 e morreu, com 51 anos, em 1869. Foi fidalgo cavaleiro e administrador do vínculo dos Almeida Caiado, em Trevões, para além dos da Pesqueira e Penedono, e ainda Senhor das Quintas do Seixo e do Cachão, ostentando simultaneamente o estatuto de grande negociante e proprietário no Douro. Cavaleiro da Ordem da Torre e da Espada, alcançou-se a um dos cargos mais importantes da estrutura gestonária do Douro, ou seja, o de Presidente da Direção da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada por Pombal em 1756, cargo que exerceu entre 1858 e 1867.

A Quinta do Seixo pertenceu durante várias décadas a esta família que a vendeu, por volta de 1880, a Miguel de Sousa Guedes, muito provavelmente na sequência dos danos provocados nas vinhas pela filoxera que obrigaram posteriormente à liquidação de bens do Barão do Seixo. Na realidade, no decorrer da destruição dos vinhedos provocada pela doença, a que veio juntar-se a abolição dos vínculos, em 1863, assiste-se a consideráveis mudanças na estrutura fundiária do Douro dessa época. A velha aristocracia cede lugar aos novos proprietários que, em muitos casos, correspondem a homens ligados ao mundo dos negócios da cidade do Porto, exportadores de vinhos, nacionais ou estrangeiros, para além de banqueiros e capitalistas que investem num negócio então muito lucrativo – o do vinho, em particular o Vinho do Porto. Foi o caso de Miguel de Sousa Guedes, cuja família estava já ligada a interesses vinhateiros na região do Douro enquanto proprietária da Quinta de Valdigem. Sousa Guedes adquire a partir dos anos oitenta do século XIX, a Quinta das Carvalhas e a Quinta das Baratas, para além das quintas das Covadas, de Santo António ou do Zeferino, a da Pedra Caldeira e a Quinta do Seixo, tornando-se num dos maiores proprietários da região.

O seu desejo pela posse da Quinta do Seixo começou a desenhar-se na sequência da liquidação dos bens do Barão do Seixo. De facto, um tio de Miguel de Sousa Guedes, Constantino do Vale Cabral, simultaneamente o maior

credor do Barão do Seixo e proprietário da Quinta do Sarzedinho, tornou-se dono de um grande *stock* de Vinho do Porto pertença do Barão. Conhecedor dos atributos do seu sobrinho (o já referido Miguel de Sousa Guedes) recorreu ao seu auxílio delineando então a casa “Miguel de Sousa Guedes”, que teve início em 1851. Não obstante, a Quinta do Seixo, tudo o parece indicar, não foi arrestada juntamente com os outros bens do Barão do Seixo, sendo comprada numa fase posterior por esta firma que se fundou a partir do stock de vinhos do Barão do Seixo.

Mais tarde, em 1909, Miguel Guedes deu sociedade ao seu irmão mais novo, Agostinho de Sousa Guedes, pelo que a firma adoptou a designação de Miguel de Sousa Guedes & Irmão. Os dois irmãos foram, respetivamente, vice-cônsul dos Estados Unidos da América e cônsul do México em Portugal.

Miguel de Sousa Guedes não era só um grande proprietário mas também um experimentado exportador de vinhos. A empresa que fundou, tinha uma posição firme nos mercados estrangeiros, como o atestavam os numerosos prémios alcançados pelos vinhos produzidos na região duriense e saídos dos seus armazéns de Vila Nova de Gaia. As medalhas de ouro recebidas nas exposições de Paris (1878, 1886, 1889), Rio de Janeiro (1879), Boston (1886), Bruxelas (1888) e Milão (1906) e os Gran Prix nas de Paris (1900), e S. Luiz (1904) assim o comprovam.

Não sendo um produtor absentista, bem pelo contrário, Miguel Sousa Guedes, era também um observador das atividades desenvolvidas nas suas propriedades vitícolas, pelo que não delegava as tarefas de velar pela boa preparação da vinha somente aos administradores das quintas. Diz-se que, fazia questão, embora já “...idoso, atarracado, e rotundo”, de participar na “...ocasião própria na pisa, na moenda, na surriba, na poda, na enxofra, em qualquer das propriedades” (Liddel, 1992, 100). Acresce que a Quinta do Seixo parece ter sido para Miguel Sousa Guedes um cadinho experimental, pois aí replantou vinhas inteiras.

Em 1973 a Empresa “Miguel de Sousa Guedes & Irmão, Lda.”, transfere para a “Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, SARL” (Real Companhia Velha) todos os bens do seu ativo, completando a integração naquela Companhia, pelo que a sociedade constituída pelos irmãos Guedes é dada por extinta, quase 120 anos após a sua fundação. Já em 1979, a quinta foi novamente transacionada, sendo seu adquirente a firma A. A. Ferreira S.A., iniciando-se uma nova fase, já que começaram por renovar os vinhedos, apostando na “vinha ao alto”, fazendo com que dos velhos socalcos tradicionais só sobejasse um terço no início da década de noventa do século passado. Entretanto, mais recentemente (século XXI), adotou-se a “vinha em patamares”, a que hoje observamos a dominar a paisagem.

Propriedade da Sogrape Vinhos desde 1987, quando a adquiriu a firma “A. A. Ferreira S.A.” juntamente com as marcas “Ferreira” para vinhos do Porto e “Casa Ferreirinha” para os vinhos Douro, a Sogrape investiu também num Centro de Vinificação tecnológico instalado na Quinta do Seixo, onde produzem vinhos do Porto e Douro de elevada qualidade. É o caso do “Esteva”, vinho tinto não licoroso, mas, obviamente, também do Vinho do Porto.

Resta acrescentar que, em 2007, o Grupo Sogrape investiu num moderno centro de vinificação. Trata-se de um projeto inovador não só pela alta tecnologia utilizada na adega, mas também pela criação de um circuito turístico. Direcionada para o enoturismo, a Quinta do Seixo representa hoje também uma plataforma centralizadora de produção dos Vinhos Sogrape na subregião do Cima Corgo. Aqui se vinificam todas as uvas oriundas das propriedades do Grupo Sogrape no Douro, bem como das propriedades dos lavradores que lhes vendem as uvas.

Parte do processo de produção nesta adega é tradicional, utilizando-se cumulativamente as novas tecnologias. Aliam-se, assim, as duas vertentes, ou seja, os lagares de pedra tradicionais aos quais se juntou um robot mecânico, que efetua o trabalho de pisa, antes concretizada de forma tradicional (pisa ao pé). Tudo isto é conseguido com o recurso a um enólogo coordenador.

Nesta quinta se promovem visitas guiadas às vinhas e à adega (visita clássica, provas vnicas, provas gourmet, ...), bem como a visualização do processo de vinificação, sem que haja qualquer interferência do observador. Destacam-se ainda no museu da quinta, outras inovações tecnológicas que englobam a recriação animada do processo vinícola, para além da realização de ações de sensibilização dos turistas aquando das visitas às vinhas sobre práticas agrícolas de carácter ambiental, respeito pelo meio ambiente e proteção paisagística.

A Sogrape tem apostado de igual modo na reconversão das vinhas, na sequência do que já tinha sido feito nos anos setenta pela firma "A. A. Ferreira S.A.". Esta aposta tem vindo a ser ganha, ano a ano. Nesta nova fase, porém, optou-se por uma reconversão alargada, utilizando castas tradicionais ao mesmo tempo que se diversificou a vinha com a junção de novas castas autorizadas. Correspondendo a Sandeman S.A., dentro do grupo Sogrape, à marca com maior reconhecimento internacional, por essa razão dedicaram este projeto à marca. Em estudo está, no futuro, a abertura de um restaurante na Quinta do Seixo.

Em síntese, de carácter familiar e exclusivamente direcionada para a produção vinícola, passados 200 anos esta quinta abriu-se ao público, ganhando dimensão turística. De salientar ainda que, as vinhas em patamar da Quinta do Seixo, enquadram um conjunto arquitetónico do qual fazem parte a casa de habitação, desde sempre residência dos caseiros, mas parcialmente transformada em museu, a que se junta uma capela do século XVIII.

Is um exemplo de uma quinta de tipologia empresarial que se moderniza e inova, diversificando as suas funções e dilatando a sua rentabilidade.

3.4 - Quinta dos Varais, Cambres (Lamego): uma unidade familiar do Baixo Corgo

Sendo dominantes na região as quintas de estrutura familiar de menor dimensão, havia que visitar um caso exemplificativo. Optamos pela Casa e Quinta dos Varais posicionada no espaço considerado o "berço" da região vinhateira. Neste sentido, direcionemo-nos para Cambres, freguesia do concelho de Lamego (Baixo Corgo), localizada entre dois dos principais núcleos urbanos regionais, Lamego e Peso da Régua. Abrange uma área total de 11,28 km². Envolta em paisagens excecionais e amplo património, não obstante, em termos demográficos acompanha a evolução comum à generalidade das freguesias rurais: depois de registar acréscimos populacionais, se bem que limitados e descontinuados até 1940 quando atingiu 4719 residentes (Rec. Geral Pop. 1940, INE), posteriormente sucederam-se os decréscimos, persistindo na freguesia, em 2011, apenas 2066 habitantes (Censos 2011, INE). Tal proporciona uma densidade de 183 hab/km². A sua sede foi elevada a vila em 4 de junho de 1997.

É nesta freguesia que se localiza a Quinta dos Varais (Foto 14 e 15), propriedade com 13 hectares de vinhedos recentemente renovados-Direcionada à Régua, a margem do rio Douro, detém, na verdade, um enquadramento paisagístico fenomenal.



Foto 14 - A Casa dos Varais (Arquivo Casa dos Varais, 2016).



Foto 15 - Pormenor da sala de jantar da Casa dos Varais (Arquivo Casa dos Varais, 2016)

Possuidora de uma casa senhorial envolta em vinhedos, depois de uma fase em que, mantendo a tradição vigente na generalidade das quintas, se apostou exclusivamente na produção de vinhos quer generosos, quer tranquilos, foi sobretudo a partir de 2012 que, preservando a estrutura familiar, a responsável recuperou o edificado e diversificou as funções deste património, apostando na comercialização dos vinhos e no turismo. Assim nasceu o enoturismo e o turismo de Habitação que se conjuga com a produção de vinhos. Não obstante, a aposta na vertente turística nesta quinta recue efetivamente no tempo, sendo necessário posicionarmo-nos nos anos oitenta do século XX para descobrirmos os alicerces desta nova estratégia. O TER afirmava-se na região.

Recordemos, porém, que em termos territoriais, o TER teve as suas origens no início dos anos oitenta do século XX, com maior incidência no Baixo Corgo e, secundariamente, no Cima Corgo. No Douro Superior quase

não tinha expressão. Na década seguinte, porém, verificou-se uma grande expansão, ainda incrementada após 2001, na sequência da distinção atribuída pela UNESCO a esta região, enquanto se diversificavam as tipologias das atividades turísticas que aqui se implantam. Assim, o início do século XXI sobressaia uma forte ascendência do enoturismo e do agroturismo e, apesar da maior dispersão territorial entretanto observada, prosseguia o realce do Baixo Corgo (Fig. 4) onde, de facto, continuava a registar-se uma elevada aderência ao TER.

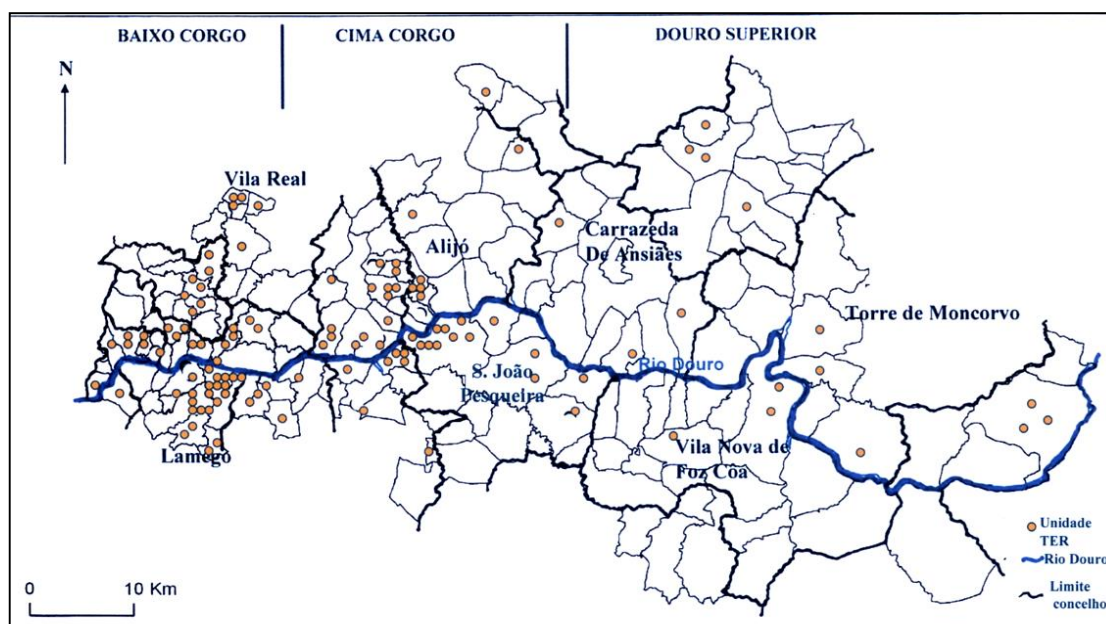


Fig. 4 - O TER na Região Demarcada do Douro, em 2016.

Estas unidades TER, na generalidade, seguem uma metodologia idêntica na sua estratégia de diversificação de atividades: os seus responsáveis começaram por reestruturar os seus vinhedos, apostando de seguida no turismo, apoiando-se para tal, na conjugação de fundos comunitários com capital próprio. Para além da obrigatória dormida, fornecem diversos serviços como refeições e, mais ocasionalmente, SPA, piscina, campo de ténis ou picadeiro. Destacam-se, contudo, as atividades associadas à vitivinicultura como a visita às adegas e vinhas, a degustação e venda de vinhos, a participação nas atividades agrícolas, tudo sob uma forte vertente lúdica. Todavia, a capacidade de alojamento é reduzida (cerca de 50% têm menos de 7 quartos), enquanto é inegável uma grande sazonalidade, dado que o período preferencial decorre entre Maio a Outubro, com maior incidência ainda durante as vindimas. Esta sazonalidade, porém, tem-se alterado, adicionando o proprietário à vinha e ao vinho, a exploração do olival e das árvores de fruto em termos turísticos também.

No que se refere ao quadro humano de apoio às atividades, enquanto o proprietário, na generalidade dos casos é do sexo masculino, possuindo idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos, ou mais avançada ainda. Tem literacia de nível superior, que complementa com outra na área do turismo e vitivinicultura, forma de potenciar o património herdado e a nova atividade. Todavia, as senhoras são cada vez mais as coordenadoras deste novo projeto. Neste contexto, se revitaliza e preserva um património soberbo, enquanto os proprietários dilatam e diversificam os

seus rendimentos. Todavia, o impacto social do TER é limitado, já que é reduzido o número de assalariados (geralmente 1 ou 2), na generalidade do sexo feminino, com baixa escolarização, residentes na própria freguesia. Para os serviços especializados, em número restrito, estes assalariados cada vez mais obtiveram a sua formação nos pólos universitários ou politécnicos regionais, e residem nas sedes concelhias.

Outro aspeto a destacar relaciona-se com a grande correlação existente entre as casas de grande valor patrimonial e o TER. Com frequência, estas antigas casas senhoriais, revitalizam-se, bem como às explorações vitícolas que lhes estão associadas. A título de exemplo selecionamos a Quinta e Casa dos Varais (Baixo Corgo). Situada na margem esquerda do Rio Douro, na freguesia de Cambres (Lamego) a Quinta e Casa dos Varais ostenta um longo historial. Efetivamente, terá sido a primeira propriedade que se integrou nos bens patrimoniais da Ordem de Cister no Douro, em 1142, produzindo-se aqui o primeiro “Vinho Cheirante de Lamego”, hoje conhecido como Vinho do Porto (Cardoso, 2012). E se até 1773 a Quinta dos Varais estava dependente do Convento de Salzedas, pagando as rendas anuais sobretudo em vinhos, desde então foi adquirida por esta família duriense, na posse da qual permanece.

Ao longo dos seu historial esta quinta foi registando diversas alterações quer fundiárias, quer técnicas, se bem que, mais concentradas na década de oitenta do século XX já sob coordenação da viticultura pelo filho, um jovem então com 20 anos. Com efeito, se na área da viticultura se procedeu à reestruturação e consequente mecanização dos vinhedos, para além da seleção das castas, na vinificação adaptaram-se os lagares em granito bem como os armazéns, tornando-os mais funcionais e modernos. Em simultâneo, passaram a comercializar os vinhos de mesa, os “vinhos tranquilos”, com a designação do nome da quinta, ainda nos anos oitenta, lançando no mercado o primeiro vinho branco vinificado pelo processo da 'bica-aberta'. Já na década de noventa passou a comercializar os vinhos tintos, para além do Vinho do Porto, produzidos em lagares de granito, com pisa humana das uvas, estagiando depois os vinhos em pipas de carvalho.

Por seu turno, esta propriedade também sofreu alterações na sua estrutura e dimensão. Limitemo-nos, porém, aos séculos XX e XXI. Na verdade, se em 1919 a quinta detinha cerca de 7 ha onde pontuava vinha, olival, pomares e horta, posteriormente, os seus proprietários foram adquirindo prédios contíguos (1940/49, cerca de 2 ha; 1950/59, mais 2 ha e em 1980 outros 2 ha, num prédio onde existia uma casa de caseiros). Neste contexto, desde 1980, a propriedade abrange cerca de 13 hectares de vinhedos.

Sendo a vinha o alicerce económico da região e da Casa dos Varais, uma das estratégias preferenciais foi efetivamente a renovação dos vinhedos, candidatando para tal os proprietários projetos a fundos comunitários. O primeiro concretizou-se em 1980 (2 ha), seguindo-se a renovação de mais 4,9 ha em 1989 e, entre 1993/96, a reestruturação de mais 3 ha; por último, em 1999/2000, outros 2 hectares. A renovação da totalidade dos vinhedos concluiu-se em 2009/10, proporcionando que toda a vinha estivesse renovada e mecanizada. Em simultâneo e recorrendo também a projetos subsidiados, adquiriam cubas, maquinaria e alfaias agrícolas, fase que incluiu uma linha de engarrafamento. Modernizaram também os lagares, tendo já em mente o turismo. Neste contexto, se em 1987 necessitava de 4 homens e 2 mulheres para executar os trabalhos agrícolas, em 2015 reduzira para 2 homens e 1,5 mulheres, dada a mecanização dos trabalhos.

Entretanto, surgia a aposta no TER como complemento da vitivinicultura. Havia, de facto, que dilatar e diversificar as fontes de rendimento da propriedade, razão pela qual a proprietária, então com 60 anos de idade, em 1984, aceitou o desafio da Secretária de Estado do Turismo que se deslocou à RDD para implementar o “Turismo de Habitação” na região, dado o seu potencial. Após reunião entre os responsáveis políticos e os proprietários durienses, apenas D. Lúcia Girão aceitou o desafio, vencendo reservas e obstáculos instalados quer na família, quer no exterior. Para criar as condições, adaptou a Casa familiar recorrendo a crédito bonificado, criando assim 3 quartos, a que se adicionou mais um em 2013 (uma suite). Estava instalado o Turismo de Habitação no Douro. Posteriormente, em 1993, surgia uma nova aposta, na sequência da revitalização da antiga casa do caseiro. Desocupada, foi adaptada a “Agroturismo”, integrando-se perfeitamente na paisagem (Foto 16). Assim se instalaram duas modalidades de turismo na Quinta e Casa dos Varais: Turismo de Habitação (casa do séc. XVIII) e Agroturismo (antiga casa dos caseiros).



Foto 16- Antiga casa dos caseiros que, após recuperação, foi transformada para acolher turistas
(Fonte: Casa e Quinta dos Varais, 2016)

Qual o impacto destes investimentos? Estas duas tipologias de turismo são frequentadas sobretudo por casais da classe média/alta, com 50 ou mais anos de idade, maioritariamente reformados, se bem que mais recentemente se multipliquem os casais mais jovens com 1 ou 2 filhos, para além de hóspedes individuais, técnicos relacionados com a cultura da vinha e do vinho (comerciantes, enólogos), ou ainda jornalistas e fotógrafos. Efetivamente, após 2001, é visível a maior afluência e interesse pela região duriense, o que proporcionou a criação de 2 postos de trabalho permanentes na Casa dos Varais, 2 senhoras, mas também vários ocasionais quando recebem grupos. Aos turistas proporcionam diversas atividades como a participação em vindimas, lagaradas ou provas comentadas; visitas às vinhas, lagares e armazéns, para além de itinerários na região. Por outro lado, instituiu-se uma efetiva complementaridade com outras instituições (hotéis, outras quintas, associações), facilitando a apresentação de vinhos

através da realização de uma pequena feira, na qual participam Adegas Cooperativas, outras quintas, etc. Acresce que outras quintas fazem também o seu vinho em Varais, dada a existência de instalações e meios técnicos modernos. Assim se revitaliza e rentabiliza um património e se dinamiza a região.

É evidente o impacte da aposta no turismo numa perspetiva multifuncional que possibilita a preservação e maior rendimento das unidades vitícolas de estrutura familiar na região duriense, aqui ainda potenciados pela proximidade de núcleos urbanos com um valioso património arquitetónico e cultural como são Vila Real, sede de distrito, Lamego, cidade episcopal, ou Peso da Régua.

4- Algumas notas finais

Apesar da Região Demarcada do Douro possuir um soberbo património e múltiplas potencialidades, os problemas persistem. Em termos estratégicos, a vinha e o turismo, nas suas diversas vertentes, constituem os vetores chave para o desenvolvimento regional, facilitando a preservação da paisagem e das explorações vitícolas num contexto multifuncional. Assim se multiplicaram as unidades de TER na região, com exemplos representativos das várias modalidades, se bem que tenhamos de realçar o enoturismo, o turismo de habitação e o agroturismo. No entanto, estes casos têm de ser visualizados de uma forma holística, nomeadamente o enoturismo, em que a vitivinicultura é indissociável da paisagem, da cultura, da história, das tradições e da gastronomia. Para tal, exige-se a articulação entre os agentes económicos e os organismos institucionais, a definição de estratégias locais e regionais que proporcionem uma gestão e um marketing eficazes, mas também a existência de experiências inovadoras que não desvirtuem as especificidades autóctones, as tradições e a cultura regionais, para além da complementaridade entre a RDD e a área envolvente.

Há, de facto, que promover o desenvolvimento regional de uma forma harmoniosa, sustentada, respeitando as especificidades locais e apostando na qualidade e conservação do quadro paisagístico e arquitetónico, mas também na sociedade, revitalizando o artesanato e outras atividades endógenas, aplicando estratégias que mitiguem o declínio demográfico. Assim se dinamizam estas paisagens patrimonializadas pela UNESCO, como ficou patente com a Quinta e Casa dos Varais, onde, à recuperação dos vinhedos, se seguiu a revitalização da casa solarenga do século XVIII, bem como outro património construído, num cenário onde a inovação se conjuga com a tradição, num contexto onde o turismo é importante, mas sem negligenciar a vinha e o vinho, o sustentáculo económico da região. Nestas estratégias não se ignora também o quadro social, os residentes, os efetivos preservadores deste património. Num outro contexto onde o capital humano e monetário é visível, associado ainda a uma nova arquitetura e tecnologia, pontuam as firmas exportadoras que adaptaram o seu património fundiário melhor posicionados em termos territoriais para o enoturismo. Foi o caso da Quinta do Seixo que, após a assinatura de protocolos com empresas turísticas, socorrendo-se de amplo pessoal assalariado com formação, divulgam a empresa e o Douro.

Resta acrescentar que, embora estes investimentos no TER se multipliquem na região, sobretudo os que se instalam nas quintas de estrutura familiar melhor estruturadas e com boas acessibilidades, são insuficientes, se bem que possibilitem a preservação de edifícios históricos e das respetivas explorações vitícolas, para além de alicerçarem um impacte social, visto que, embora em número limitado e sazonal (verão e outono), são criados postos de trabalho.

O cenário é algo distinto nas unidades de tipologia empresarial, aqui representada pela Quinta do Seixo, com hipótese de progressivamente alargarem o período de receção de turistas e excursionistas, ou outro tipo de visitantes, privilegiando grupos escolares, profissionais ou mesmo idosos nos períodos menos atrativos. A proximidade à linha do caminho-de-ferro do Douro e do cais de cruzeiros no Pinhão, facilita esta dinâmica.

Assim se rentabiliza os investimentos, para além de se facilitar a divulgação do quadro paisagístico, do historial, da gastronomia e das tradições locais e regionais. Assim se conjuga a tradição com a inovação, num quadro tendencialmente sustentável. Assim se divulga e dinamiza a Região Demarcada do Douro, Património da Humanidade!

Bibliografia

AA.VV. (2000) *“Encontros na Casa da Calçada: O Douro em Debate. Actas I e II.* Porto: GEHVID, Cadernos da Revista Douro -Estudos e Documentos, nº4, Porto

ABREU, Lúgia (2012), “Direito da Propriedade Privada e Utilização do Solo no Alto Douro Vinhateiro”, In *Direito Rural, Vida Económica* Editorial S.A, Porto, 34

AGUIAR, Fernando (2000) “Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial”, in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, APDR, Coimbra, 83-90

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) *“Património: seu entendimento e sua gestão.* Edições Etnos, Porto

ANDRESEN, Teresa e REBELO, João (2013), *“Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva”*, Volume 1 – Relatório de Avaliação, Universidade do Porto / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto

ANDRESEN, Teresa e REBELO, João (2013), *“Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva”*, Volume 2 – Estudos de Base, Universidade do Porto / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, s/d, “Dicionário Geográfico, fls. 1977, 1979,

AZEVEDO, Correia de (1976), *“O Douro Maravilhoso”*, edição do autor, Litoarte, Oliveira do Douro

AZEVEDO, Correia de (1974) *Brasões e casas brasonadas do Douro.* Gráfica de Lamego, Lamego

BARROS, Márcia (2004) “Provesende: identidade de uma aldeia vinhateira” In *Douro - Estudos & Documentos.* GHEVID. (Atas do 2º Congresso Internacional – História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro) Vol. III, Vol. 19, p. 87-109.

CALWAY, Mary (2012), “Networks and Networking in Rural Tourism: Irish Evidence”, in *Changing Rural Spaces, Horizons in Geography*, University of Haifa, vol. 81-82, 69-82, Israel

- CARDOSO, Altino (2012), *“A Magna Carta da História do Vinho do Porto, A Escritura de Cister (1142)”*, Edições Amadora Sintra, Sintra
- CARDOSO, António Barros (2003) *“Baco & Hermes – O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)”*, Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Vol. I e II.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (2007), *“Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro”*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto
- COSTA, P.e Avelino de Jesus da (1959) *“O Bispo D. Pedro e Organização da Diocese de Braga”*. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra): ed. Policopiada, Coimbra
- DERMENDHIEVA, S. et al (2011) *“Danube and Douro, two rivers one destination the axis of connection or world sociocultural barriers”*, in Acts International Conference *“International dialogue and education in the Balkans and Eastern Europe”*, University of Verliko Tarnovo, Bulgária
- FAUVRELLE, Natália (1999) *“Quintas do Douro - As Arquitecturas do Vinho do Porto”*. Dissertação de Mestrado em Historia da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto
- FAUVRELLE, Natália (2000) *“O Patrimônio vernacular construído do Alto Douro Vinhateiro: ritmos e valores”*. In *Douro - Estudos & Documentos*. GHEVID. Vol. 7, Porto
- FERREIRA, J. (2012) *“A Sustentabilidade do Alto Douro vinhateiro: realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região”*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- FONSECA, Álvaro B. M. (1996) *“As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro”*. Porto: Instituto do Vinho do Porto
- FONSECA, Álvaro B. M. (1949) *“As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro”*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. I.
- FONSECA, Álvaro B. M. (1949) *“As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro”*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. II.
- FONSECA, Álvaro B. M. (1949) *“As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro”*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. III.
- FONSECA, Álvaro B. M. (1996) *“As demarcações Marianas no Douro Vinhateiro”*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, nº14, Porto
- INE. (1990), *Recenseamento Agrícola de Portugal de 1989*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- INE. (2009), *Recenseamento Agrícola de Portugal de 2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- INE. (vários). *Recenseamento Gerais da População*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- LIDDELL, Alex; PRICE, Janet (1992) *“Douro: as quintas do vinho do Porto”*. 1ª ed, Quetzal Editores, Lisboa
- LOURENÇO, J. et al (2008), *Alterações dos usos do solo - o caso do vale do Douro*, Univ. Minho, Braga.

MEMÓRIA PAROQUIAIS – IAN/TT, Dicionário Geográfico, l. 30.

MONTEIRO, Manuel (1911) “*O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*”, Porto

OLIVEIRA, Ernesto Veiga (1994) “*Arquitectura tradicional portuguesa*”. 2º edição, Edições D. Quixote, Lisboa

PINA, Helena (2007) “*O Alto Douro- um espaço contrastante em mutação*”, Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa

PINA, Helena (2010) “The importance of Complementarity in the Territorial Cohesion and Sustainability of Rural Areas: The case of Cambres, a Douro Winegrowing Area, and Magueija, a Mountainous Area”, in *Revija Za Geografijo, Journal for Geography*, 5-2 (G10), Department Geography, Faculty Arts, University Maribor (Slovenia), p.27-42

PINA, Helena (2012a) “How to enhance, yet preserve, the social and cultural heritage of the Rural Douro region, including the festivities?”, *Espaço Aberto- PPGC*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 15p.

PINA, Helena (2012b) “Land use structure in the Demarcated Douro Region: overarching trends in the last few decades” in *Journal of Geography*, Galway, 123-139

PINA, Helena (2012c) “A Região Duriense, um património a desenvolver preservando e inovando”, in *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento Territorial nas Periferias Europeias*, Faculdade Letras Universidade Porto, Port.

PINA, Helena (2013) “The Rural population of the Douro region (Portugal): a problematic situation”, in *Geographical Sciences and Education*, Conference Proceedings, Edit. Stela Dermendzhieva, Athanas Dermendzhiev, Milen Penderliev, Konstantin Prelavsky University of Shumen, Shumen

PINA, Helena (2014) “The New Generation and the Strategic Development of the Alto Douro: the importance of Innovation and Entrepreneurship”, in Proceeding “*30 years of the Department in the University of Veliko Tarnovo*”, University of Veliko Tarnovo , Bulgaria, p.125-134

PINA, Helena, QUEIROZ, Jorge (2017) “Rural tourism and the development of the Douro Demarcated Region (NE Portugal): a strategy to promote”, in *Proceedings of Fifth International Congress on mountain and Steep Slope Viticulture*, Conegliano, Italy, 140-149

PINHO LEAL, Augusto Barbosa, FERREIRA, Pedro Augusto (1873-1890) “*Portugal Antigo e Moderno*” [...], 12 vols., Livraria Editora de Matos Moreira e C^a - Livraria Editora de Tavares Cardoso, Lisboa

QUEIROZ, J. et al. (2010) « Vine spacing in steep slope viticulture: narrow terraces, Douro Region. Viticulture en forte pente et densité de plantation: banquettes étroites, Région de Douro ». CERVIM, *Troisième Congrès International Viticulture de Montagne et/ou En Forte Pente*, Castiglione di Sicilia, Catania, Itália.

RODRIGUES, M. et al (2012) “Climatic Zoning and Vineyards Aptitude in the Douro Region (North of Portugal)”, in 19th Annual Colloquium of IGU, CSRS, National University of Ireland, Galway, Ireland

SEVERO, Ricardo (1905-1908) “O Castro de Vilarinho de Cotas”, in “*Portugália*”: Porto, p.263-269.

SIPIDOURO (2001) “*Programa das Aldeias de Quarta Geração de Trás-os-Montes e Alto Douro: concepção geral do programa*”. Vol. I, Vila Real

ZUQUETE, Afonso, (Dir.) (1989) “*Nobreza de Portugal e Brasil*”, Vol. III, Editorial Enciclopédia, 2ª edição, Lisboa

Agradecimentos: Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território). Integra-se de igual modo no Convénio de Cooperação entre a Universidade Federal Rural Do Rio de Janeiro e a Universidade do Porto